



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

A CRISE DAS REPRESENTAÇÕES: REPERCUSSÕES PARA A GEOGRAFIA

The crisis of representations: repercussions for geography

La crisis de las representaciones: repercusiones para la geografía

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v25.928>

Leonardo Luiz Silveira da Silva¹

Histórico do Artigo:

Recebido em 25 de abril de 2023
Aceito em 30 de dezembro de 2023
Publicado em 29 de janeiro de 2024

RESUMO

A crise das representações é um modo de compreensão interdisciplinar, que tem ganhado representatividade desde o período das viradas cultural e linguística, tendo como suportes teóricos a ascensão da abordagem pós-estrutural e pós-moderna. As repercussões da crise das representações são muitas, inclusive para o campo da geografia. Este artigo, de viés epistemológico, objetiva elucidar o impacto deste modo de compreensão sobre o pensamento geográfico, sem que haja uma pretensão de esgotar todas as repercussões possíveis. São elencados e discutidos como impactos o fato das correntes de pensamento serem vistas como aprisionamentos teóricos, a colocação de binarismos e categorias em xeque, o crescimento da importância do espaço relativo e da intertextualidade, a reordenação das relações entre a dimensão social e cultural e, finalmente, a ascensão de formas de interpretação mais-que-representacional.

Palavras Chave: Representações; pós-estruturalismo; abordagem mais-que-representacional.

ABSTRACT

The crisis of representations is an interdisciplinary way of understanding, which has gained representation since the period of cultural and linguistic turns, having as theoretical supports the rise of the post-structural and post-modern approach. The repercussions of the crisis of representations are many, including for the field of geography. This article, with an epistemological bias, aims to elucidate the impact of this way of understanding on geographic thought, without intending to exhaust all possible repercussions. The fact that mainstreams are seen as theoretical imprisonments and the relativization of binarisms and categories are listed and discussed as impacts of the crisis of representations. Subsequently, the growing importance of relative space and intertextuality is problematized, as well as the reordering of relations between the social and cultural dimensions. Finally, the rise of more-than-representational forms of interpretation are also presented as a consequence of the way of understanding in discussion.

Keywords: Representations; poststructuralism; more-than-representational approach.

¹ Doutor em Geografia. Professor EBTT de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) *campus* Diamantina. Email: leoluizbh@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7082-529X>

RESUMEN

La crisis de las representaciones es una forma interdisciplinar de comprensión, que ha ganado representación a partir de la época de cambios culturales y lingüísticos, teniendo como soportes teóricos el surgimiento del enfoque postestructural y postmoderno. Las repercusiones de la crisis de las representaciones son muchas, incluso para el campo de la geografía. Este artículo, con un sesgo epistemológico, pretende dilucidar el impacto de esta forma de entender el pensamiento geográfico, sin pretender agotar todas las posibles repercusiones. Se enumeran y discuten el hecho de que las corrientes de pensamiento sean vistas como aprisionamientos teóricos, la puesta en jaque de binarismos y categorías, la creciente importancia del espacio relativo y la intertextualidad, el reordenamiento de las relaciones entre la dimensión social y cultural y, en consecuencia, como impactos. Finalmente, el surgimiento de formas de interpretación más que representativas.

Palabras Clave: Representaciones; posestructuralismo; enfoque más que representativo.

INTRODUÇÃO

Se fala sistematicamente sobre a crise das representações nas últimas três décadas. Para conceber tal crise, devemos considerar os impactos da virada cultural e linguística para as ciências humanas, incluindo a disseminação dos pressupostos do pós-estruturalismo, do pós-modernismo e de outros rótulos que visam transcender os pilares da tradicional ciência positivista. É importante notar que a virada cultural foi movimento interdisciplinar que floresceu nos anos 1970-80 como uma reação ao pragmatismo neopositivista². No interior da chamada virada cultural, falou-se de um movimento mais específico chamado de virada linguística, que se centrou nos discursos, na representação social e na cultura política, com impactos notáveis nas ciências humanas (BURGESS, 1996). Demeritt (2002) alerta que existem várias viradas linguísticas, baseadas em abordagens relevantes de distintos autores. Comumente, quando se associa a virada linguística à virada cultural, é destacada a consolidação e disseminação do pós-estruturalismo, que é um suspeito primário da crise das representações, como veremos no desenrolar deste artigo.

Certamente a crise das representações trouxe impacto para as humanidades, dando eco às novas formas de expressão que incluem o questionamento acerca de categorias até então consagradas. Este artigo se preocupa em esmiuçar a crise das representações e avaliar suas repercussões para a geografia. Para tanto, esclareceremos inicialmente o que são as representações, explicaremos o contexto de sua crise e, por fim, analisaremos o impacto para o pensamento geográfico, focando em temáticas que não possuem a pretensão de esgotar o debate, mas de conferir uma amplitude que julgamos adequada para a reflexão que aqui enveredamos.

² No Brasil, a virada cultural floresceu de forma mais restrita e tardia, notavelmente nos anos 1990 (CORRÊA; ROSENDAHL, 2005, p.98-99).

REPRESENTAÇÕES

Narrativas textuais, pinturas, esculturas, dioramas, mapas, discursos orais e categorias que aglutinam ou dispersam elementos – incluindo pessoas – são representações, justamente por se apresentar como instrumentos que buscam tornar presente algo ausente (ANKERSMIT, 2000). Certamente as representações nos ajudam a nos comunicar e localizar espacialmente (AITKEN; ZONN, 1999). Podemos considerar que muitos acreditam que as representações são inocentes estratégias discursivas criadas pelo *eu-que-discursa*; entretanto, sabe-se que o conteúdo representado muitas vezes serve como militância ao prover impacto no afeto humano que nos ajuda a compreender a agência do homem sobre outros homens e sobre o espaço.

As representações são recortes grosseiros de compreensão intersubjetiva acerca de parcelas extremamente limitadas da tessitura do espaço-tempo. Assim, negligenciam e suprimem o tempo e o espaço através de reificações daquilo que se pretendeu transformar em objeto. A supressão do espaço-tempo se dá quando a representação generaliza certos espaços e certas temporalidades a partir de um conjunto específico de características. Ademais, a representação, pela sua natureza estanque, ignora a fluidez espaço-temporal, na qual presenças e ausências exibem alternâncias geográficas e descontinuidades históricas³.

Don Mitchell acredita que a entificação do que é representado, particularmente referente à categoria cultura (mas aplicável a outras categorias), “é uma imposição, um processo de nomear e definir que expõe o poder das classes dominantes e que permite a desmitificação de movimentos oposicionais” (MITCHELL, 1999, p.47). Sabe-se, assim, que as definições que se buscam estabelecer por meio das representações possuem potencial militante (SILVA, 2020a).

Nesse sentido, o contexto colonial é extremamente didático. Em tal contexto, “a obsessão com a nudez e sexualidade feminina nativa não era uma mera e inocente fantasia masculina. O corpo feminino, nos âmbitos literal e metafórico, era o terreno primário no qual o colonialismo europeu afirmava o seu poder” (SAWYER; AGRAWAL, 2000, p.79). No contexto colonial o orientalismo (SAÏD, 2007; 2011) transformou-se numa doutrina tal como a missão civilizadora (WALLERSTEIN, 2007). Assim, as representações lembram permanentemente que a comunicação é eivada de estratégias de poder.

Representações podem ser interpretadas de formas muito variadas. Ainda assim precisamos pontuar que não se tratam somente de distorções daquilo que podemos chamar de

³ Ver Grataloup (2006); Barros (2006); Silva (2018a; 2018b; 2022).

realidade intangível⁴, mas de componentes concretos da constituição do mundo (MATLESS, 1992). Para tanto, se faz necessário considerar que mente e matéria se entrelaçam, fazendo com que certas representações tenham a capacidade de deixar marcas em corações, mentes e no estrato tangível da materialidade mundana (SILVA, 2020b). É particularmente instrutiva a noção berqueniana de trajeção (BERQUE, 2017) na qual alude a um ciclo marcado pelo impacto da materialidade nas ideias e destas sobre a materialidade.

CONTEXTO DA CRISE DE REPRESENTAÇÕES

É confortável falar de uma crise das representações (DUNCAN; SHARP, 1993) em consolidação, visto que é crescente a descrença quanto à capacidade da linguagem em refletir adequadamente a realidade (CURRY, 1991). Nesse âmbito, narrativas são versões e o papel do intelectual é confrontá-las e intermediá-las. A inquietação contra a apresentação binária dos fatos geográficos, incluindo os elementos da ordem política, social e filosófica, estimulou a organização de uma série de pressupostos filosóficos em torno de correntes que carregam o prefixo “pós” e o sufixo “ismo” (CASTREE; NASH, 2004). Nesse particular o pós-estruturalismo e o pós-modernismo ganham corpo.

Leonard Guelke, por exemplo, classifica o pós-estruturalismo como um movimento aliado ao pós-modernismo (GUELKE, 2003, p.98). Desenvolvida originalmente na França no período conhecido como virada linguística, a discussão pós-estrutural chegou à geografia no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, em um momento tardio comparativamente às outras disciplinas. Para Jörn Seeman (2015), evitou-se criticar as representações no âmbito da geografia porque isso significaria violar a própria etimologia do nome da disciplina: geo-grafia é a descrição da Terra, o que não passa de um modo de representação. Talvez possa se falar, no contexto pós-crise das representações, em uma *intergeografia*, na qual as descrições da Terra são confrontadas e intermediadas. Sabe-se também que a geografia foi fundada em meio a uma aura positivista, como se este fosse o caminho exclusivo para o reconhecimento científico (CAPEL, 2013); certamente a crise das representações ameaça os pilares fundadores da geografia.

Considerando que a experiência adquirida nos lugares – diacrônica por concepção – ajuda a construir um mosaico que compõem as identidades, é plausível assumir que estas são uma quimera de lugares (SILVA; COSTA, 2022a). Portanto, parece justo e necessário considerar a intermediação de

⁴ Por serem distorções da realidade intangível, não é possível dizer que as representações podem, mesmo que em um conjunto de versões, dimensionar a realidade (BAILLY, 1990).

narrativas como um meio de comunicação (SILVA, 2022). Diferentemente do que uma abordagem essencialista poderia supor, o dinamismo perpétuo das relações entre mente e matéria são concomitantes aos deslocamentos dos materiais e dos seres vivos, garantindo que o espaço seja visto como um pastiche eternamente em construção (SILVA; COSTA; SILVA, 2022).

A história também sofreu impacto notável e resistências às inovações mais-que-representacionais. Hayden White (1981) elucida o momento crítico às metanarrativas ao dizer que só existe uma história sob descrição⁵. É amplamente aceito no âmbito da história o fato de que “a narrativa é um tipo de unidade que torna a inclusão de alguns eventos necessária e de outros irrelevantes” (MINK, 1972, p.736). Neste particular, o julgamento do que é necessário e do que é irrelevante é bem particular e estabelece as margens de um discurso, que é uma representação. Nesse sentido, as narrativas são ideologicamente construídas (ALONSO, 1988). Ankersmit (2001) aponta as limitações da narrativa ao refletir sobre uma situação paradoxal que acomete os textos: “o texto não é transparente em relação ao passado, mas chama a atenção do leitor sobre si mesmo; ao fazer isto, obscurece o passado em si” (ANKERSMIT, 2001, p.159).

Para além das questões linguísticas, abordagens que concebem as representações em crise rejeitam a noção de que a vida social pode ser explicada em termos de alguma superestrutura social. Esta é justamente uma das premissas do estruturalismo e aparece em algumas versões mais cruas do realismo. A crítica pós-moderna “parece congruir com as queixas daqueles que veem no estruturalismo um deslocamento do sujeito humano” (GREGORY, 1989, p.70). Por outro lado, os particularismos nas abordagens agigantam-se como um bom antídoto às generalizações e estereótipos; nesta seara, pesquisadores, ensaístas e intérpretes reivindicam explicar os fenômenos apenas como se eles existissem em um recorte específico do espaço e tempo (TUAN, 1989). *Ipsa facto*, prega-se com ímpeto a desconstrução das metanarrativas para o arripio das pretensões objetivas da ciência positivista.

IMPACTO DA CRISE DE REPRESENTAÇÕES PARA O PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Os múltiplos impactos da crise de representações no pensamento geográfico não nos encorajam a pretender esgotá-los neste texto. Pretendemos oferecer neste tópico uma amplitude considerável que seja útil à compreensão dos leitores do fenômeno aqui proposto. Consideramos

⁵ Ankersmit (1998) argumentou que o historiador possui um olhar desconfiado para a teoria da história, pois esta, sobretudo após a incorporação da virada linguística, tem estabelecido limites rigorosos quanto ao que dizer sobre o passado. O nome de Hayden White, neste particular, se associa fortemente com a virada linguística e a problematização das narrativas na história, tornando-se o “objeto predileto da ira de muitos historiadores” (ANKERSMIT, 1998, p.185).

relevante o impacto da crise das representações para que (1) correntes de pensamento sejam vistas como aprisionamentos teóricos; (2) categorias e binarismos sejam colocados em xeque; (3) a ideia do espaço relativo ganhe importância frente ao espaço cartesiano; (4) o processo descritivo seja visto como intertextual; (5) haja uma reordenação das relações entre o social e o cultural; (6) ocorra a ascensão de formas de interpretação mais-que-representacionais. Vamos abordar detidamente cada um destes pontos.

Correntes de pensamento vistas como aprisionamentos teóricos

A desconstrução pós-estrutural incluiu as correntes de pensamento vistas enquanto rótulos. As correntes também são representações, pois são passíveis de serem descritas em um corpo coeso de pressupostos. Ademais, costumeiramente são indicadas outras correntes oposicionais, que apresentam antagonismo teórico a um corpo rígido de pensamento. No contexto da crise das representações, a fluidez do significado não é comportada por categorias de pensamento estanques, que acabam agrupando mentes autônomas, peculiares, construídas por excepcionais percursos intertextuais. Denis Cosgrove (1993) queixou-se certa vez de ter sido incluído no rol de “novos geógrafos culturais”, em uma associação que é realizada de forma extremamente comum e que desconsidera as estruturas híbridas de pensamento.

Categorias e binarismos em xeque

Os efeitos do pós-estruturalismo na análise espacial impactaram na desconstrução do essencialismo nas descrições. A abordagem estrutural aplicada à realidade – enquanto conjunto de fenômenos observáveis e empiricamente verificáveis como fatos objetivos – “tem sido desafiada por outras perspectivas que defendem que a realidade é socialmente construída” (BLAIKIE, 1996, p.82), fluída e incapaz de ser representada.

A desconstrução do essencialismo impacta também nas formas de se ver as categorias espaciais. As polarizações que davam ordem às descrições espaciais passaram a ser questionadas, em um extenso rol de dicotomias: o geral/específico, abstrato/concreto, nomotético/idiográfico, teórico/empírico, quantitativo/qualitativo, econômico/cultural, moderno/pré-moderno, dentre inúmeros outros binarismos (GIBSON-GRAHAM, 2004).

As discussões sobre a arbitrariedade das categorias não são novas, mas tem ocorrido um movimento de um descolamento cada vez mais profundo entre as tradições positivistas da ciência, que

sustentam muitos trabalhos de geografia física, e a desconstrução e intermediação do significado. Região (HARTSHORNE, 1978; HEATWOLE, 1978; BALE, 1983; SILVA; COSTA, 2020a), comunidade (WATERTON; SMITH, 2010), cultura (MITCHELL, 1999; SILVA; COSTA, 2018), raça (GILROY, 1998), classes (THOMPSON, 1987; SILVA; COSTA, 2020b), nação (ANDERSON, 2008), Estado-Nação (OHMAE, 1999; MIKESSEL, 1983), *inter alia*.

Em um exemplo mais detido, pós-estruturalistas comumente criticam o fato dos geógrafos humanistas centrarem suas pesquisas no lugar, pertencimento, enraizamento em detrimento do não-lugar, não-pertencimento e mobilidade. Além disso, certo grupo de pós-estruturalistas questionam se existe mesmo o lugar no mundo pós-moderno, marcado pela globalização, o não-lugar [*non-places*] e o hiperespaço. No mundo de ambientes virtuais a distinção entre lugares reais e imaginados tem sido criticada por aqueles que são identificados com pressupostos da pós-modernidade.

Os geógrafos humanistas respondem que mesmo que alguns lugares sejam erodidos pela globalização, outros são fortalecidos. Argumentam ainda que, mesmo que tenha crescido a importância da comunicação digital, do hiperespaço e dos ambientes virtuais, os espaços reais mantêm sua importância primordial, pois as pessoas são seres portadores de corpo [*bodily beings*] que possuem uma inevitável vida em algum espaço físico (SEAMON; LUNDBERG, 2017).

A despeito do imbróglio em questão, a sanha desconstrucionista dos significados não é uma mera resposta ao status social cosmopolita e à fluidez dos deslocamentos; é uma concepção filosófica que pode ser aplicada à tempos imemoriais. Todavia, o atual estado das coisas evidencia e inspira a inquietude do estrato visível e da dimensão mental, levando crise às representações.

O triunfo do espaço relativo sobre o espaço cartesiano

Sob as escusas da existência de “espaços relativos” tão relevantes quanto o espaço métrico tradicionalmente representado, a escala e o próprio espaço passaram a ser rearranjados a partir da desconstrução pós-estruturalista (LAGOPOULOS, 1993), que substancia o interesse pela transcendência da materialidade e do metadiscurso, marcas da crise das representações. A ideia do espaço relativo é diferente da concepção acerca do espaço físico cujas distâncias são medidas em milhas ou quilômetros. O espaço relativo é construído por intermédio de percepções sociais e distâncias imaginadas (JACKSON, 2006). Isso significa dizer que, na ótica do espaço relativo, dois

pontos podem ter distâncias diferentes dependendo da condição social ou de abstrações específicas entre indivíduos⁶.

Relações que ajudam a compreender a maleabilidade do espaço relativo: é o turbilhão de fluxos, redes e trajetórias que constitui uma ordem caótica que localiza e desloca (MALPAS, 2012). Por isso o espaço relativo também é chamado de espaço relacional; por detrás destes conceitos, que podem apresentar sutis diferenças, há em comum uma visão disforme e intersubjetiva do espaço, que não é congruente ao espaço absoluto cartesiano.

Existe uma sensação acerca do espaço que nunca poderemos nos libertar, “que é sensorial, corporal e emocionalmente constituída; um sentido pessoal de espaço que pode informar ou mesmo desafiar construções lógicas formuladas em termos do econômico, do político ou do geométrico” (SHURMER-SMITH, 1994, p.349). Por isso a noção do espaço relativo engloba discussões que se centram na geografia comportamental, refletindo de que forma o afeto e toda sorte de relações emocionais, topofílicas e topofóbicas podem alterar o sentido de distância apresentado pelo substrato cartesiano neutro (FORER, 1978; BAILLY, 1986; SILVA; COSTA, 2022b) e emocionalmente empalidecido.

Harvey (2012) argumenta que o movimento das pessoas, de bens, serviços e informações realiza-se no espaço relativo porque o dinheiro, tempo e energia, etc., são utilizados para superar a fricção da distância. Nesse sentido, o social e o político se entremeiam com o espaço-tempo. Por vezes, constrangimentos políticos podem afetar profundamente a elasticidade do espaço, como se vê no trabalho de John Allen (2011) que se referiu às restrições de circulação no interior do território da Palestina.

Descrições vistas como versões intertextuais

O contexto da crise das representações inclui as desconstruções de narrativas estão associadas à percepção de que toda descrição não é uma criação pura do narrador, noção que inclui textos ou narrativas orais. Em uma lógica intertextual⁷, nenhum desenvolvimento teórico foi gerado *ex nihilo*, ao ponto de, nesse entendimento, aludirem à morte do autor (DUNCAN; DUNCAN, 1988). O

⁶ O abandono da ideia sobre um espaço reificado que seja igualmente descritível a todos permite noções oximorônicas tais como “o global em certa medida é local”, o “local tem aspecto de global”, assim como “a presença pode ser ausência” e ainda “a ausência está presente” (CALLON; LAW, 2004, p.3).

⁷ A intertextualidade se apresenta como um fundamento pós-estruturalista, trazendo reflexos para outras áreas para além dos manuscritos: até mesmo a arquitetura foi influenciada por esse tipo de reflexão. Assim crava Alexandros Lagopoulos: “Todo texto realiza uma operação de colagem e montagem de outros textos. Essa operação intertextual é uma característica do design pós-moderno” (LAGOPOULOS, 1993, p.260).

intertexto é um campo relacional que serve à produção de novos contextos. Entre o ato de ler e escrever, significados são desestabilizados e estabilizados novamente. Assim, os significados não podem ser entendidos como fixos. Ao contrário, estão sempre em processo, esperando a sua desconstrução (WOODWARD; DIXON; JONES, 2009).

A complexidade da leitura espacial encontra refrigério na metáfora da paisagem como texto. Tal desenvolvimento possui forte dimensão pós-estruturalista, que se preocupa pontualmente com os significados das palavras, expressões e ideias. Na concepção intertextual, as descrições abandonam uma posição essencialista e tornam-se representações formadas por um retalho de outras representações⁸. Aprofunda-se nesta concepção o senso de que todo texto é um intertexto formado por outros textos (SILVA, 2021a).

Para além dos textos, considera-se que a produção da materialidade do mundo, fruto também da dimensão das ideias⁹, é intertextual. Neste particular, o princípio estético kantiano da unidade estética do objeto é substituído pela fragmentação, descontinuidade e disordem dos componentes do produto imaginado. O design pós-moderno reúne distintas influências espaço temporais em um grande mosaico: apresenta-se pseudo-histórica, operando por meio de uma canibalização randômica dos estilos do passado (LAGOPOULOS, 1993). *Ipsa facto*, evidencia-se que a dialética entre matéria e ideias, que inclui um processo de reconstrução contínua dos significados, também se manifesta no campo da intertextualidade, noção que integra um conjunto de pressupostos pós-estruturalistas (SCHLOSSER, 2018).

Reordenação das relações entre o social e o cultural

Vimos que no contexto da crise das representações, nenhum texto é plenamente autoral; este pressuposto abre a oportunidade para que o lugar de fala seja questionado, o que interfere no valor que é atribuído ao discurso atribuído a classes específicas, bem como às narrativas subalternas. Quando Frantz Fanon argumentou – analisando o contexto colonial em *Os condenados da Terra* – que o colonizado quer deitar-se na cama do colonizador (FANON, 2005) e em *Pele negra, máscaras brancas* que o negro quer ser branco¹⁰ (FANON, 2008), contribuiu para a provocação de um tensionamento na dicotomia oprimido-opressor. Ademais, para além da relativização de binarismos, as

⁸ Wishart (2004) nos incentiva a pensar que as periodizações e as regionalizações possuem inércia: uma vez estabelecidas, passam a participar da memória de outrem, interferindo tal como em um intertexto em elaborações futuras.

⁹ Ver Berque (2017), com destaque para o conceito de trajeção problematizado pelo autor.

¹⁰ O autor referiu-se não à cor propriamente dita, mas a posição que o branco ocupa, entendimento que fica claro quando se expressa: “alguns negros querem, custe o que custar, demonstrar aos brancos a riqueza do seu pensamento, a potência respeitável do seu espírito” (FANON, 2008, p.27).

premissas pós-estruturais vinculadas à crise das representações causam um deslocamento dos estereótipos coletivos em direção à excepcionalidade identitária. Este deslocamento certamente demanda uma reinvencão do discurso de classe e da subalternidade e também sintetiza a visão da cultura como uma comunidade imaginada (SILVA; COSTA, 2018) convidando-nos a entender que o particularismo das identidades é a abordagem tangível daquilo que seja cultura (COHEN, 1993). Modificações na forma de se ver as representações, tema relevante e frequente na geografia cultural contemporânea, reverberam com grande potência no pensamento social.

Por isso, não nos causa estranhamento o fato de autores que se dizem marxistas escolherem como alguns dos seus inimigos preferenciais os pressupostos da pós-modernidade e a desconstrução pós-estruturalista que vem à reboque¹¹ (EAGLETON, 1998). No embate entre teoria e militância evidencia-se que as mudanças de leitura da ordem cultural geram impactos notórios na ordem social. É impossível dissociá-las. Todavia, o fim das representações não significa o fim da ordem social (SILVA, 2021b), mas certamente exige uma reordenação do discurso, fazendo-o ir em direção da intermediação de narrativas, nas quais pontos em comum podem servir como alimento para as discussões políticas.

A crise das representações implica na criação da resistência quanto aos efeitos objetivos do capitalismo, patriarcalismo, colonialismo, nacionalismos e uma miríade de outros “ismos”. Esta posição não é o mesmo que negar a atuação destas doutrinas sobre o comportamento humano, mas acreditar que é impossível isolar os seus efeitos sobre uma dada coletividade ou individualidade, já que os “ismos” atuam conjuntamente. A referida atuação conjunta das doutrinas nos faz entender que a contradição do pensamento e comportamento humano não é uma exceção. Fragmentos doutrinários congruem, antagonizam e se complementam caleidoscopicamente.

A ascensão de formas de elaboração mais-que-representacionais

A crise das representações colaborou para o surgimento de abordagens relacionais que buscam transcender as representações, fazendo-nos entender que as visões de mundo são somente um componente mediante a grande gama de ingredientes que consolidam o afeto humano. Em meados dos anos 1990, Nigel Thrift utilizou pressupostos da teoria sociológica Ator-Rede (TAR) para dar contornos naquilo que chamou de teorias não-representacionais (TNR) (SIMPSON, 2017). Preocupou-

¹¹ Nas palavras de Warf, quanto aos pressupostos da pós-modernidade, “é difícil conectar as questões com a materialidade da vida social” (WARF, 1990, p.588) e, por isso, “o pós-modernismo pode ser tão desumanizador quanto o modernismo na abordagem destas lutas” (WARF, 1990, p.588). Esta abordagem reforça uma crítica comum ao pós-modernismo: o mesmo seria inábil em propor um substituto viável ao modernismo que tanto rejeita.

se em não destacar o novo corpo teórico como uma corrente de pensamento propriamente dita, preferindo chamar as abordagens que se identificam com seus pressupostos como “estilo” não-representacionalista (THRIFT, 2000).

Um reparo importante tem sido feito no nome TNR: considerando que as representações não são negadas, mas são utilizadas e compreendidas de forma diferente, Hayden Lorimer (2005) sugeriu que um nome mais correto ao que Thrift chamou de estilo é o de teorias mais-que-representação. O incômodo com o termo não-representacional vem sendo externado por uma série de outros autores (SEEMANN, 2015; WATERTON, 2019). Devemos considerar, em suma, que nas TNR não há uma superação da representação, mas a sua transcendência.

O estilo não-representacionalista ou mais-que-representacional utiliza as análises relacionais heterogêneas entre humanos, animais, plantas e mesmo agentes das geografias elementais¹² como o tempo atmosférico, o solo e o substrato rochoso para compreender de que forma estes atores envolvidos em redes são mutuamente afetados (MURDOCH, 1997). Todavia, como é do apanágio do entendimento das representações em crise, as reflexões mais-que-representacionais deslocam o seu objetivo acerca do entendimento de grandes comunidades para a excepcionalidade identitária, fazendo da fenomenologia¹³ e pós-fenomenologia (PAIVA, 2017; ASH, 2020) um suporte teórico comum. Vê-se comumente a aclamação da sugestão metodológica de Bruno Latour (1993) quanto à TAR: a de seguir os atores, desvendando os seus percursos e evidenciando seus comportamentos cotidianos, dando contornos àquilo que Nigel Thrift (2008) chamou de “geografia do que acontece”.

As investigações mais-que-representacionais são criticadas por possuírem um arcabouço teórico denso, um vocabulário próprio que inclui palavras como *assemblages*, *affordances*, afeto e performance, sendo algumas vezes acusada de não conseguirem trazer com eficiência suas contribuições ao grande público, restringindo o seu objeto de interesse a um conjunto limitado de iniciados (SEEMANN, 2015).

¹² Sobre as geografias elementais, ver Gibbs (2009), Krause e Strang (2016), Engelmann (2015), Adams-Hutcheson (2019).

¹³ Nigel Thrift (2004) vê a tradição fenomenológica como um suporte para a compreensão de como as emoções se corporificam na vida cotidiana. Reforçando Thrift, Steven Pile (2010) elabora que a geografia emocional e a do afeto cultivam forte simpatia com a fenomenologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto da crise das representações na geografia não pode ser ignorado. A amplitude do questionamento representacional vem se agigantando e reverberando mesmo em áreas com tradições metodológicas positivistas bem consolidadas. Com maior profundidade em debates recentes da geografia cultural e da epistemologia da geografia, a busca pela transcendência representacional tem trazido repercussões notórias e diversificadas, reajustando condutas metodológicas e consagrando estilos de abordagem. Longe de considerarmos a abordagem mais-que-representacional como um “fim da história” metodológico, julgamos que suas contribuições são capazes de causar problematizações positivas que qualificam o discurso em diversas áreas da ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

- ADAMS-HUTCHESON, Gail. Farming in the troposphere: drawing together affective atmospheres and elemental geographies. **Social & Cultural Geography**, v.20, i.7, p.1004-1023, 2019.
- AITKEN, Stuart C.; ZONN, Leo E. Re-apresentando o lugar-pastiche. (in): CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) **Cinema, Música e Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- ALLEN, John L. Topological twists: Power's shifting geographies. **Dialogues in Human Geography**, v.1, n.3, p.283-298, 2011.
- ALONSO, Ana Maria. The Effects of Truth: Re-Presentations of the Past and the Imagining of Community. **Journal of Historical Sociology**, v.1, n.1, p.33-57, March, 1988.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. Hayden White's appeal to the historians. **History & Theory**, v.37, i.2, p.182-193, May, 1998.
- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. The representation as the representation of experience. **Metaphilosophy**, v.31, i.1-2, January, 2000.
- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, p.113-135, Março, 2001a.
- ASH, James. Post-Phenomenology and space: A geography of comprehension, form and power. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.45, i.1, p.181-193, March, 2020.
- BAILLY, Antonie S. Subjective Distance and Spatial Representations. **Geoforum**, v.17, n.1, p.81-88, 1986.
- BAILLY, Antonie S. Paysages et representations. **Mappemonde**, n.3, p.10-13, 1990a.
- BALE, John. Mapping Vernacular Regions in the Classroom. **Journal of Geography**, v.82, n.6, p.274-276, 1983.
- BARROS, José D'Assunção. História, Espaço e Tempo. **Varia Historia**, v.22, n.36, p.460-476, 2006.
- BERQUE, Augustin. A cosmofoania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.4-16, Inverno, 2017.
- BLAIKIE, Piers M. Post-modernism and global environmental change. **Global Environmental Change**, v.6, n.2, p.81-85, 1996.

- BURGESS, Jacquelin. Editorial. **Landscape Research**, v.21, n.1, p.5-12, 1996.
- CALLON, Michel; LAW, John. Guest editorial. **Environmental and Planning: Society and Space**, v.22, p.3-11, 2004.
- CAPEL, Horácio. Neopositivismo e Geografia Quantitativa. (in): CAPEL, Horacio. **Ruptura e continuidade no pensamento geográfico**. Maringá: EDUEM, 2013.
- CASTREE, Noel; NASH, Catherine. Introduction: posthumanism in question. **Environmental and Planning A**, v.36, i.8, p.1341-1343, August, 2004.
- COHEN, Anthony P. Culture as identity: An Anthropologist's view. **New Literary History**, v.24, p.195-209, 1993.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. A geografia cultural no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v.2, n.2, p.97-102, 2005.
- COSGROVE, Denis. On "the reinvention of Cultural Geography" by Price and Lewis. **Annals of the Association of American Geographers**, v.83, n.3, p.515-517, 1993.
- CURRY, Michael. Postmodernism, Language, and the Strains of Modernity. **Annals of the Association of American Geographers**, v.81, n.2, p.210-228, 1991.
- DEMERRITT, David. What is the "social construction of nature? A typology and sympathetic critique. **Progress in Human Geography**, v.26, i.6, p.767-790, 2002.
- DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. (Re)reading the landscape. **Environmental and Planning D. Society and Space**, v.6, p.117-126, 1988.
- DUNCAN, Nancy; SHARP, Joanne P. Confronting representation(s). **Environmental and Planning D**, v.11, i.4, p.473-486, August, 1993.
- EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ENGELMANN, Sasha. More-than-human affinitive listening. **Dialogues in Human Geography**, v.5, n.1, p.76-79, 2015.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: Editora UFBA, 2008.
- FORER, Pip. A place for plastic space? **Progress in Human Geography**, v.2, i.2, p.230-267, June, 1978.
- GIBBS, Leah M. Water Places: Cultural, Social and the More-Than-Human Geographies of Nature. **Scottish Geographical Journal**, v.125, n.3-4, p.361-369, 2009.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. Area studies after poststructuralism. **Environmental and Planning A**, v.36, i.3, p.405-419, 2004.
- GILROY, Paul. Race ends here. Abingdon, Oxford: **Ethnic and Racial Studies**, vol.XXXI, nº5, pp.838-847, 1998.
- GRATALOUP, Christian. Os períodos do espaço. **Geographia**, v. VIII, n.16, p.31-40, 2006.
- GREGORY, Derek. Areal Differentiation and Post-Modern Human Geography. (in): GREGORY, Derek; WALFORD, Rex (eds). **Horizons in Human Geography**. London: Macmillan, 1989.
- GUELKE, Leonard. Nietzsche and postmodernism in geography: An idealist critique. **Philosophy & Geography**, v.6, n.1, p.97-116, 2003.
- HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec Edusp, 1978.
- HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Geographia**, v.14, n.28, p.8-39, 2012.

HEATWOLE, Charles A. The Bible Belt: A problem in regional definition. **Journal of Geography**, v.77, n.2, p.50-55, February, 1978.

JACKSON, Peter. Thinking Geographically. **Geography**, v.91, n.3, p.199-204, 2006.

KRAUSE, Franz; STRANG, Veronica. Thinking Relationships Through Water. **Society & Natural Resources**, v.29, n.6, p.633-638, 2016.

LAGOPOULOS, Alexandros P. Postmodernism, geography and the social semiotics of space. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.11, i.3, p.255-278, 1993.

LATOUR, Bruno. **We have never been modern**. London: Harvester Wheatsheaf, 1993.

LORIMER, Hayden. Cultural geography: the busyness of being "more-than-representational". **Progress in Human Geography**, v.29, i.1, p.83-94, 2005.

MALPAS, Jeff. Putting space in place: philosophical topography and relational geography. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.30, i.2, p.226-242, April, 2012.

MATLESS, David. An occasion for geography: landscape, representation, and Foucault's corpus. **Environmental and Planning D: Society and Space**, 1992, v.10, i.1, p.41-56, February, 1992.

MIKESELL, Marvin W. The myth of nation state. **Journal of Geography**, v.82, n.6, p.257-260, 1983.

MINK, Louis O. Interpretation and Narrative Understanding. **The Journal of Philosophy**, v.69, n.20, p.735-737, November, 1972.

MITCHELL, Don. Não existe aquilo que chamamos de cultura: para uma reconceitualização da ideia de cultura em geografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, UERJ, nº8, p.31-51, Ago./Dez., de 1999.

MURDOCH, Jonathan. Towards a geography of heterogeneous associations. **Progress in Human Geography**, v.21, i.3, p.321-337, 1997.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LII, n.106, p.159-168, 2017.

PILE, Steven. Emotions and affect in recent human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series**, v.35, n.1, p.5-20, January, 2010.

SAWYER, Suzana; AGRAWAL, Arun. Environmental Orientalisms. **Cultural Critique**, n.45, p.71-108, Spring, 2000.

SAÏD, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SAÏD, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SCHLOSSER, Kolson. Intertextuality and Psychic Space. **Literary Geographies**, v.4, n.1, p.24-28, 2018.

SEEMANN, Jörn. O fim das representações na geografia cultural? (in): ROMANCINI, Sonia Regina; ROSSETTO, Onélia Carmem; DALLA NORA, Giseli (Orgs.). **As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015.

SHURMER-SMITH, Pamela. Cixous' spaces: sensuous space in women's writing. **Ecumene**, v.1, n.4, p.349-362, 1994.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A supressão da geografia no exercício da alteridade. Fortaleza: **Geosaberes**, v.9, n.17, p.1-13, 2018a.

- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. As duas faces da supressão da experiência histórica. Fortaleza: **Revista de História Bilros**, v.6, n.11, p.36-55, 2018b.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Expressões militantes da paisagem. **Revista Percurso**, v.12, n.2, p.109-131, 2020a.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A geografia entre a materialidade e a imaterialidade. **Geotemas**, v.10, n.2, p.25-47, 2020b.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Paisagem entre textos e intertextos. **Tamoios**, v.17, n.21, p.129-147, 2021a.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Entre o cultural e o social nas abordagens geográficas. **Geographia**, v.23, n.50, p.1-13, 2021b.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Intermediando discursos às margens dos estereótipos do tempo e do espaço. **Geonorte**, v.13, n.41, p.1-19, 2022.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Cultura como comunidade imaginada: uma crítica à abordagem ontológica da cultura nos estudos geográficos. **Geografias**, v.16, n.1, p.27-41, 2018.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. O desconforto das regiões e das classes. **Geosp: Espaço e Tempo**, v.24, n.3, p.533-546, Dezembro, 2020a.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Questionando as delimitações cartográficas da cultura. **Caminhos de Geografia**, v.21, n.73, p.445-457, 2020b.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. As identidades como uma quimera de lugares. **Revista da Anpege**, v.17, n.34, p.50-54, 2022a.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Reflexões sobre a geografia do afeto: a excepcionalidade identitária em meio às distorções do espaço-tempo. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, v.42, e190818, 2022b.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo; SILVA, Larissa Santos Rocha da. Geografia-Pastiche. **Geografia, Ensino e Pesquisa**, n.26, e22, <https://doi.org/10.5902/2236499466324>, 2022.
- SIMPSON, Paul. Nonrepresentational theory. (in): **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**. John Wiley & Sons, p.1-4, 2017.
- THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THRIFT, Nigel. Afterwords. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.18, i.2, p.213-255, April, 2000.
- THRIFT, Nigel. Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect. **Geografiska Annaler**, v.86, i.1, p.57-78, March, 2004.
- THRIFT, Nigel. **Non-representational theory: Space/politics/affect**. London: Routledge, 2008.
- TUAN, Yi-Fu. Surface Phenomena and Aesthetic Experience. **Annals of the Association of American Geographers**, v.79, n.2, p.233-241, 1989.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WARF, Barney. Can the region survive post-modernism? **Urban Geography**, v.11, n.6, p.586-593, 1990.
- WATERTON, Emma; SMITH, Laurajane. The recognition and misrecognition of community heritage. **International Journal of Heritage Studies**, v.16, n.1-2, p.4-15, 2010.

WATERTON, Emma. More-than-representational landscapes. (in): HOWARD, P. et. al. (eds). **The Routledge Companion to Landscape Studies**. London: Routledge, p.91-101, 2019.

WHITE, Hayden. The narrativization of Real Events. **Critical Inquiry**, v.7, n.4, p.793-798, Summer, 1981.

WISHART, David. Period and region. **Progress in Human Geography**, v.28, n.3, p.305-319, 2004.

WOODWARD, K; DIXON, D. P; JONES, J. P. Poststructuralism/Poststructuralist Geographies. (in) KITCHIN, Rob; THRIFT, Nigel. (eds). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, v.8, p.396-407, 2009.